

## Por mais Justiça Fiscal

Desde a sua fundação o LIVRE tem estado na linha da frente no combate por mais Justiça Climática e mais Justiça Social. Os grandes desafios que a humanidade já está a enfrentar no século XXI são o combate às alterações climáticas e o combate às discriminações de todos os tipos, nomeadamente raciais, sexuais ou de género. Existe, no entanto, um combate que anda de mãos dadas com todas estas lutas e onde o LIVRE tem de se posicionar de forma mais assertiva na linha da frente: o combate à desigualdade na distribuição de riqueza e rendimentos.

Em Janeiro do ano passado, a Oxfam lançou o seu “wealth check” anual onde referia que, à data, as 26 pessoas mais ricas do mundo detinham tanta riqueza quanto os 50% mais pobres da população mundial. Numa nota talvez ainda mais chocante, o estudo da Oxfam revelou que o fosso entre os mais ricos e os mais pobres tinha-se alargado drasticamente em 2018. Os 2200 bilionários do planeta tinham visto a sua riqueza aumentar em 12% enquanto os 50% mais pobres da população mundial tinham visto a sua decair em 11%. No mesmo ano, Jeff Bezos, dono da Amazon, viu a sua riqueza chegar aos 112 mil milhões de dólares o equivalente a cerca de 100 vezes o orçamento da Etiópia (um país com mais de 100 milhões de habitantes) para a área da saúde, ilustrando bem os desequilíbrios da distribuição de riqueza à escala global.

Em Portugal os dados também não são animadores. Se é verdade que o Coeficiente de Gini (o indicador tradicional de medição de desigualdade de rendimentos) desceu no país desde o início do século, é também verdade que continuamos a ser um dos países mais desiguais da União Europeia, ao nível da Bulgária, da Lituânia, da Letónia e da Roménia. Em 2018 mais de 20% da população continuava em risco de pobreza e exclusão, o equivalente a cerca de 2,2 milhões de pessoas. Segundo a World Inequality Database em 1980 os 10% mais ricos da população Portuguesa detinham 25% dos rendimentos gerados enquanto os 50% mais pobres detinham 30%. Em 2016 a situação inverteu-se e os 10% mais ricos viram a sua fatia da distribuição de rendimentos subir para os 28% enquanto os 50% mais pobres viram a sua descer para os 26%.

**Quando se tem como objectivos a Justiça Social e a Justiça Climática esta brutal desigualdade económica tem de ser combatida, com vista a assegurar direitos básicos como habitação, saúde e educação a toda a gente e a proteger as pessoas mais vulneráveis economicamente dos efeitos nefastos que as alterações climáticas já fazem sentir um pouco por todo o planeta.**

Quando vemos incêndios florestais de grande escala, seja na Austrália ou em Portugal, sabemos que são os mais pobres que estão mais vulneráveis aos seus efeitos nefastos. Quando vemos períodos de seca extrema a assolar o país, sabemos que quem tem mais probabilidade de enfrentar escassez de água são as populações rurais e do interior, que são, em média, menos afortunadas economicamente que as do litoral e das maiores cidades Portuguesas. Da mesma maneira, quando vemos leis laborais a serem “flexibilizadas” em nome de uma suposta “liberdade laboral” sabemos que estamos perante facilitação de despedimentos que vai afectar sobretudo quem trabalha por conta de outrem e sabemos que, geralmente, essas pessoas não pertencem aos 1% mais ricos. Quando vemos bancos a passar dificuldades, sabemos que o custo da factura para os impedir de falir vai afectar desproporcionalmente aqueles que menos têm. Nada disto é justo.

O LIVRE tem apresentado inúmeras propostas assentes numa visão de longo prazo com o intuito de alcançar mais Justiça Social e mais Justiça Climática. No entanto, há uma quantidade importante de trabalho a fazer no sentido de propor medidas com o objectivo de reduzir a desigualdade na distribuição de riqueza e rendimentos no curto prazo e cujo resultado precisará, sobretudo, de coragem política para ser implementado. Mesmo dentro de uma economia capitalista, de mercado, e focada excessivamente num crescimento económico insustentável, há passos intermédios que o LIVRE deve trabalhar e apresentar com vista a caminhar rumo a um sistema económico pós-capitalista. **Alguns desses passos passarão por alcançar uma maior justiça fiscal que redistribua riqueza dos 1% mais ricos para os restantes 99%** de forma a criar uma sociedade mais igual que deixe de estar assente num capitalismo de casino onde ricos ficam cada vez mais ricos e pobres ficam cada vez mais pobres. Este é um primeiro passo indispensável rumo a um planeta mais justo e sustentável e que permita à humanidade deixar para trás um sistema que o tem destruído a um ritmo assustador e que tem gerado desigualdades gritantes no processo. Em Portugal, **o LIVRE deve**

**ter a coragem de assumir a deseabilidade deste primeiro passo e de trabalhar numa revolução fiscal para reduzir a desigualdade no país.**

Lá fora, muitos têm avançado com propostas nesse sentido, sendo que alguns dos que o têm feito são próximos do LIVRE, tendo, por exemplo, participado em reuniões da Internacional Progressista. Nos EUA, o Senador e candidato a Presidente dos EUA Bernie Sanders, apresentou recentemente um plano para taxar a riqueza. O “Tax on Extreme Wealth” prevê uma taxa anual de 1% para as fortunas acima de 32 milhões de dólares que aumenta progressivamente até uma taxa de 8% para as fortunas acima de 10 mil milhões de dólares. Previsões de economistas da Universidade de Berkley estimam que, nos EUA, um imposto de 1% sobre a riqueza dos 0,1% mais ricos geraria uma receita fiscal de 120 mil milhões de dólares, o equivalente a 0,6% do PIB. Um imposto desta natureza, adaptado à realidade do país, seria da mais elementar justiça e geraria uma receita importante no imediato, estimulando também a economia no curto-prazo.

Mas existem outras propostas que podem ser trabalhadas. Num número considerável de países Europeus, como a Bélgica, os Países Baixos ou a Irlanda, existe o chamado “imposto sucessório”, aplicado em transmissões de bens, património e riqueza por via de herança. Desde o início do século muitos países que tinham um imposto desta natureza optaram por eliminá-lo embalados pelo consenso neoliberal que dominou a política europeia nos últimos largos anos, diminuindo a receita fiscal dos seus estados sem grandes ganhos visíveis. **Um imposto sucessório em Portugal, aplicado apenas a partir de um limiar generoso de isenção, poderia gerar uma receita fiscal relevante, funcionando também como um mecanismo de redistribuição das camadas mais ricas da sociedade para aquelas que menos têm.**

Muitos têm defendido que se estude o efeito da implementação destes dois impostos em particular, como é o caso, por exemplo, da economista Susana Peralta que tem tentado lançar o debate na esfera pública sem ainda ter obtido grande resposta por parte da esquerda. **O LIVRE tem todas as condições para dar essa resposta.**

Através da discussão destas duas ideias e de muitas outras similares o LIVRE pode, e deve, marcar uma posição importante neste debate. Numa altura em que o sistema político Português vê aparecer novos partidos de direita com um discurso muito agressivo, fazendo apologia de *“trickle-down economics”*, de desmantelamento do estado social e de uma agenda que só serve aos mais ricos, é importante não só o LIVRE estar na oposição a estas ideias mas apresentar também uma visão alternativa assente no progresso e na Justiça Social.

O Círculo Temático Esquerda e Estado Social e o Grupo de Trabalho Programa da próxima Assembleia serão, provavelmente, os locais indicados para fazer esta discussão e desenvolver as ideias já referidas. Esta moção tem como intuito alertar para a urgência de o fazer e também de servir de ponto de partida para a discussão.

Esta discussão poderá desbloquear novas ideias relacionadas com outras propostas do partido - nomeadamente o Green New Deal - e fazer avançar ainda mais a agenda do LIVRE. A agenda de mais Justiça Social e mais Justiça Climática sairá largamente reforçada do trabalho que o partido desenvolver por maior Justiça Fiscal e as propostas que daí resultarem permitirão obter receitas para responder à pergunta que tantas vezes ouvimos quando apresentamos outras medidas ambiciosas de combate às alterações climáticas ou de protecção do estado social: “como é que isso se paga?”.

Por todas as razões aqui expostas apresentamos esta moção por mais Justiça Fiscal esperando que possa contribuir para o caminho que o LIVRE pretende fazer rumo à Justiça Social e rumo à Justiça Climática.

Subscritores:

Tomás Cardoso Pereira

André Góis

Joana Filipe

João Vasco Gama

Ofélia Janeiro

Patrícia Gonçalves

Rui Tavares